



O ESTADO DO PARÁ, através do **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**, doravante denominado **TCM/PA**, CNPJ nº 04789665/0001-87, com sede na Travessa Magno de Araújo nº 474, bairro do Telégrafo na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.113-055, telefones (91) 3210-7519/7502, fac símile (91) 3244-5393, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 139/2015, com observância às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Decreto Estadual nº 0199 de 09 de junho de 2003, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO de nº 2018/02/TCM**, no tipo **MENOR PREÇO do LOTE**, nas condições estabelecidas neste edital e nos anexos que o compõem:

1. DO OBJETO: Constitui objeto do presente certame, na forma deste Edital e seus Anexos, a aquisição de cartuchos e toners, conforme especificações contida no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, para atendimento das necessidades deste Tribunal.

1.1. ANEXOS DO EDITAL:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Carta Magna.

ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e de Conhecimento das Condições estabelecidas no Edital.

2. DO ACESSO E ACOMPANHAMENTO DA LICITAÇÃO:

2.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital serão dirimidas, por escrito, pelo Pregoeiro, mediante requerimento dos interessados apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, através do e-mail: licitacoes.cpl@tcm.pa.gov.br, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da seção pública;

2.2. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, devendo as petições deverão ser protocoladas junto à Seção de Protocolo deste Tribunal (Tv. Magno de Araújo, nº 474 – Bairro Telégrafo – cidade Belém – Estado do Pará – CEP 66.113-050), devidamente instruídas contendo a modalidade e o número desta licitação, assinatura, endereço, razão social da empresa e telefone para contato.

2.3. Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o **horário local**.

2.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, sendo conduzido pelo Pregoeiro, que cuidará do seu processamento e julgamento.

2.5. Para participação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar a página <http://www.licitacoes-e.com.br> ou <http://www.bb.com.br>, item “**Licitações**”, onde se encontra o link para o sistema de licitações eletrônicas. A utilização do sistema do Banco do Brasil dá-se por Acordo de Cooperação Técnica.



3. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES:

Em cumprimento ao prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis, determinados pelo inciso V do art. 4º da Lei 10.520/2002.

3.1. As propostas serão recebidas a partir das **10h** do dia **23/03/2018** até às **8 horas e 59 minutos** do dia **05/04/2018**, e abertas na mesma data, a partir das **09 horas** para compatibilização com o edital.

3.2. No dia **06/04/2018 às 09 horas**, terá início a sessão de disputa de preços.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar do certame os interessados que atenderem a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.2. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresas que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de contratar com o TCM/PA;
- b) empresas que possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis ou técnicos, que sejam servidores do TCM/PA na data da publicação do Edital;
- c) empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, suspensas da participação em licitações, que se encontrem sob processo de falência, concordata, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio;
- d) pessoa física;
- e) empresas cuja atividade empresarial não corresponda ao objeto desta licitação;
- f) empresas sob regime de consórcio;
- g) empresas que realizem subcontratação;
- h) empresas que não apresentarem a Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de Habilitação.

4.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

4.4. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes junto ao operador do sistema <http://www.licitacoes-e.com.br> ou <http://www.bb.com.br>, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.4.1. Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

4.5. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do TCM/PA ou do Banco do Brasil, devidamente justificada.

4.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TCM/PA ou ao Banco do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.8. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do



representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.8.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site, opção “**Acesso Identificado**”.

4.9. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por meio de seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.10. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA

5.1. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus Anexos.

5.2. Indicação de preços unitário e total, em conformidade com o objeto licitado, em algarismos e por extenso, em moeda corrente do país, nestes incluídos, o lucro, todos os custos e despesas diretas e indiretas, embalagem, seguros, garantia, tributos, encargos, taxas de quaisquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto desta licitação inclusive o frete do material até Belém e entrega na sede do TCM/PA na Trav. Magno de Araújo nº 474;

5.3. O valor unitário e o valor total devem contemplar, **no máximo**, até a segunda casa decimal, ou seja, centavos de real;

5.4. Em caso de divergência entre o preço total e o preço unitário, prevalecerá o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

5.5. A licitante poderá apresentar proposta para todos os lotes ou apenas para o lote que for de sua conveniência, mas deverá cotar o material especificado e na quantidade solicitada em sua totalidade, sob pena de desclassificação da proposta relativa àquele lote;

5.6. A proposta comercial deverá:

5.6.1. Ser apresentada em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa da licitante digitada, em língua portuguesa, valores em moeda corrente nacional, com clareza, sem emendas, borrões ou rasuras, com suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante. Deverá conter, ainda, endereço, telefone, fax, endereço eletrônico, número do CNPJ, dados bancários (nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento).

5.6.2. **Conter todos os itens do lote em que a empresa for participar, suas respectivas quantidades, preços unitários e total, conforme** Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital também devendo constar, de forma clara, as especificações dos itens cotados **citando-se obrigatoriamente a marca (fabricante), o modelo (referência).**

5.6.3. A empresa, imediatamente após o término da fase de lances, **deverá** enviar sua proposta de preços, via fax ou via e-mail.

5.6.4. **Conter prazo de validade da proposta**, de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da licitação.



5.6.5. Conter prazo de entrega do material de até 15 dias o qual será contado a partir da expedição da Nota de Empenho por este Tribunal à favor da empresa vencedora do lote, devendo a empresa entregá-lo acompanhado de sua nota fiscal e recibo, no endereço deste Tribunal, na Tv. Magno de Araújo, n° 474, Bairro do Telégrafo, cidade Belém, estado do Pará, CEP 66.113-055.

5.6.6. Conter prazo de validade dos materiais, que será contado da entrega do objeto licitado na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, conforme determinado abaixo:

5.6.6.1. O prazo de validade/garantia dos materiais será: no mínimo **11** (onze) meses.

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa vencedora, a entrega dos materiais licitados devidamente embalados e acompanhados de nota fiscal e recibo, no endereço do Tribunal de Contas dos Municípios, situado na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro do Telégrafo, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.113-055. Também será de responsabilidade da empresa, as despesas e tributos inerentes ao transporte;

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

6.1. A empresa que apresentar o menor preço na fase de lances deverá apresentar amostra dos materiais indicados nos sub itens abaixo, dentro do prazo máximo de três dias úteis a contar da data de encerramento dos lances para o lote.

6.1.1. LOTE 1 - Material de Processamento de Dados (cartuchos e toners compatíveis para impressoras HP), amostras de todos os itens.

6.1.2. LOTE 2 - Material de Processamento de Dados (toner compatível para impressora Samsung), amostra do item.

6.1.3. LOTE 3 - Material de Processamento de Dados (toner compatível para impressora Lexmark), amostra do item

6.1.4. LOTE 4 - Material de Processamento de Dados (cartuchos ribbon **original e genuíno** para impressora Zebra), amostra do item

6.2. As amostras fornecidas no processo licitatório permanecerão no TCM/PA até a entrega dos materiais, para testes e compatibilização com o material a ser entregue pela empresa vencedora. Após esse procedimento, deverão ser retiradas pela empresa no prazo máximo de trinta dias. Após esse prazo, serão descartadas.

6.3. A apresentação da amostra dar-se-á sem nenhum ônus para este Órgão, tanto do valor do material quanto das despesas do envio das mesmas pela empresa e da sua respectiva devolução.

6.4. A amostra deverá ser encaminhada em sua embalagem lacrada de fábrica, devendo conter os respectivos prospectos e manuais (se for o caso), e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo, além de vir identificado com o nome da empresa licitante e o número do Lote e item que corresponder;

6.5. Os materiais apresentados como amostra serão abertos e submetidos aos testes necessários, devendo apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

6.6. As amostras serão analisadas pelo setor competente deste Órgão, quanto à sua qualidade e compatibilidade com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, podendo ainda ser realizada, a critério da Administração, diligência para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação;

6.7. Serão rejeitadas as amostras que não comprovem, de forma objetiva o atendimento aos requisitos determinados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, que apresentarem problemas de funcionamento durante a análise técnica, divergência a menor em relação às



especificações técnicas do Edital ou proposta.

6.8. Em caso de desclassificação da proposta de preço devido ao não cumprimento das exigências editalícias, fará o Pregoeiro o exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital. Neste caso, serão adotados os mesmos procedimentos quanto à apresentação das amostras. E caso as amostras atendam ao Edital e o licitante apresentar os documentos para habilitação, será declarado vencedor, e a ele adjudicado o objeto do certame;

6.9. As amostras serão mantidas neste Tribunal até o recebimento provisório dos materiais adquiridos, para que sejam efetuadas as confrontações necessárias;

6.10. Após o recebimento definitivo dos materiais pelo TCM/PA, poderá a empresa retirar suas amostras, devendo fazê-lo em até 30 (trinta) dias. Após esse prazo, as amostras serão descartadas;

6.11. As amostras apresentadas durante o certame não integram o quantitativo de materiais a ser entregue pela empresa vencedora ao TCM/PA.

7. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, sejam omissos ou apresentem irregularidades insanáveis, aquelas que contemplarem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos, cujas amostras forem incompatíveis com o Edital e proposta, forem reprovadas ou se as amostras solicitadas não forem apresentadas.

8. DA ABERTURA

8.1. A partir do horário previsto neste edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade dessas propostas.

9. DA ETAPA COMPETITIVA

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.1.1. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

9.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.2. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

9.3. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também, pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.4. Facultativamente, o pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao



proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

9.5. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, deverá o licitante detentor da proposta com o menor preço, enviar imediatamente, via e-mail, a documentação de habilitação abaixo citada, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada em até **três dias úteis** a contar do encerramento da fase de lances. Nesta mesma ocasião, também deverá ser remetida a proposta de preço (já contemplando os preços após os lances ofertados), com suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

10.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados para o seguinte endereço:

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
Travessa Magno de Araújo, nº 474, 1º andar – Bairro do Telégrafo
Belém – Pará
CEP 66113-055
Att.:PREGOEIRO Raimundo Eduardo Lisboa
Fone/fax: (91) 3244-5393 /Fone: 3210-7819

10.3. Para habilitação dos licitantes, será exigida a seguinte documentação:

10.3.1. Habilitação jurídica:

- a) cópia autenticada da cédula de identidade.
- b) cópia do contrato social e suas alterações devidamente registrado no órgão competente.
- c) comprovação da representação legal.

10.3.2. Qualificação econômico-financeira:

- a) cópia do balanço patrimonial e demonstrações financeiras do último exercício financeiro já exigíveis e apresentadas na forma da lei;
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.3.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) prova de inscrição do CNPJ.
- b) regularidade perante a Fazenda Federal e Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União;
- d) regularidade perante Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida, gratuita e eletronicamente, pela Justiça do Trabalho conforme a Lei nº. 12.440 de 7/07/2011.

10.3.4. Qualificação técnica:

- a) Atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito



público ou privado, que comprove que a licitante forneceu materiais, comprovando a sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto desta licitação e com quantidade igual ou superior que o licitado;

b) Declaração de Cumprimento dos requisitos de Habilitação, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.4. Os documentos exigidos, obtidos através de sites, terão sua validade verificada, via internet, em qualquer fase da licitação, ficando estabelecido que, havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda;

10.5 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal de 1988(Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999);

10.6. Na hipótese de inabilitação do licitante que apresentou a proposta ou o lance de menor valor, o Pregoeiro examinará a documentação do licitante subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, ocasião na qual poderá negociar com o participante até a obtenção da proposta mais vantajosa para o TCM/PA;

10.7. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o objeto do certame será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor valor;

10.8. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/06;

10.9. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

11. DO JULGAMENTO

11.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o presente Edital, seus anexos e a Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, sendo declarada vencedora, a licitante que ofertar o **MENOR PREÇO do LOTE**.

12. DO RECURSO

12.1. Após ser declarado o vencedor da disputa pelo Pregoeiro, a sessão pública permanecerá aberta por mais 24 (vinte e quatro) horas, quando qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma motivada mediante registro da síntese de suas razões, em campo próprio do sistema;

12.2. A manifestação a que se refere o subitem acima, deverá ser efetivada por meio do **Botão Virtual “Intenção de Recurso”**. O licitante deverá, então, juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do encerramento do prazo previsto no subitem 12.1. Ficando os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

12.3. A falta de manifestação tempestiva e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso;

12.4. Não serão conhecidos os recursos cujas petições não sejam apresentadas tempestivamente;

12.5. Os recursos interpostos e as respectivas contrarrazões serão apreciados pelo pregoeiro, e após remetidos ao Presidente do TCM/PA;

12.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação exclusivamente dos atos insuscetíveis



de aproveitamento;

12.7. Decorridos todos os prazos, em não havendo recurso, o pregoeiro fará imediatamente a adjudicação do objeto da licitação ao proponente declarado vencedor.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Em não havendo interposição do recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e remeterá o processo à Presidente do TCM/PA, para homologação;

13.2. Na ocorrência de interposição de recurso, a adjudicação e homologação serão feitas pela Presidente do TCM/PA, após decidir sobre o mesmo.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação do resultado da licitação, será expedida Nota de Empenho a favor do licitante vencedor;

14.2. A contratação do licitante vencedor será representada pela Nota de Empenho, nos termos do disposto no art. 62, caput, da Lei 8.666/93, vinculando a empresa vencedora aos termos do Edital e demais Anexos, a proposta apresentada e às disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.3. Será encaminhada, via fax, cópia da Nota de Empenho ao licitante vencedor, sendo que a contar do envio será iniciada a contagem de prazo para entrega do objeto licitado;

14.4. No caso do licitante vencedor não cumprir as condições e prazos estabelecidos neste Edital, sem apresentar justificativa aceita por este Órgão, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c art.11 da Lei Estadual nº 6.474, de 6 de agosto de 2002, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa;

14.4.1. Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art. 77 a 79 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, nas seguintes formas:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial, nos termos da legislação.

14.4.2. Na ocorrência do licitante vencedor não cumprir o contrato com o TCM/PA, será procedida análise, pelo pregoeiro, das ofertas dos demais licitantes assim como a sua documentação para habilitação, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

14.5. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será procedida análise das ofertas dos demais licitantes assim como a sua documentação para habilitação, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e com este celebrado o contrato;

14.6. O licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação consignadas neste Edital, durante todo o período em que perdurar a contratação.

14.7. A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar o objeto desta licitação.



15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

15.1. Após a entrega do objeto licitado, em se verificando vício será a licitante vencedora notificada para, a partir da ciência, e às suas expensas, reparar a irregularidade no prazo 05 (cinco) dias corridos, estando a empresa sujeita a penalidades estabelecidas neste Edital;

15.2. O recebimento do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado pelo TCM/PA através de crédito em qualquer Agência Bancária, de sua livre escolha, da seguinte forma:

16.1.1. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal referente ao objeto licitado, após atestada pelo setor competente;

16.2. As despesas para a licitação correrão à conta da seguinte classificação funcional programática: 03101.01.122.1454.8559 – Operacionalização da Gestão Financeira. Elemento de Despesa: 339030.17

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da **CONTRATADA**:

17.1.1. Observar e cumprir, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo aos prazos acordados, garantindo ainda o perfeito acondicionamento de forma que seja preservado durante o transporte, movimentação e armazenamento. Havendo desrespeito injustificado a esses prazos ou de descumprimento das demais obrigações estabelecidas, a Contratada ficará sujeita às sanções estabelecidas neste edital;

17.1.2. Responsabilizar-se pelo transporte do material de seu estabelecimento até este Tribunal, bem como pelo seu descarregamento;

17.1.3. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da comunicação formal deste Órgão, o material fornecido que não atenda às especificações do Edital e proposta, que apresentem defeito de fabricação, com a embalagem violada ou com sinais de violação, material danificado em função de manuseio inadequado durante o transporte até este Órgão mesmo que a embalagem esteja íntegra, materiais com prazo de validade abaixo do estabelecido neste Edital.

17.1.4. Se após a comunicação formal deste Tribunal, a Contratada recusar-se, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar os vícios, defeitos ou inadequações no material fornecido ou deixar de substituí-lo, ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Edital, podendo ainda o Contratante requisitar reparação dos eventuais danos e prejuízos provocados;

17.1.5. Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, os materiais danificados, durante o prazo de garantia;

17.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, observando-se o disposto no § 2º e seguintes do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.1.7. Responsabilizar-se, no fornecimento do objeto do contrato, por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, adicionais, vales-refeição, transporte (de pessoal, materiais e acessórios), estadias, encargos (sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários), seguros, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, inclusive aqueles vinculados a empresas que lhe prestarem serviço (distribuidoras, transportadoras etc.);

17.1.8. Responder diretamente por todos e quaisquer danos causados a bens ou pessoas, e pelas



perdas decorrentes, em virtude de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, bem como pelas despesas originadas de infrações ou da inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer a esses títulos, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora;

17.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade do **CONTRATANTE**:

18.1.1. Autorizar o fornecimento do material pela Contratada, através de emissão da respectiva nota de empenho;

18.1.2. Comunicar à Contratada a constatação de falhas, vícios, inadequações, defeitos ou imperfeições no material fornecido assim como a verificação de descumprimento de qualquer condição estabelecida neste Edital;

18.1.3. Receber o material provisoriamente e definitivamente, mediante ateste em nota fiscal e em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e com a legislação vigente;

18.1.4. Atestar a fatura emitida pela Contratada, desde que emitidas em conformidade com o fornecimento do material aprovado pela Fiscalização e obedecidas as condições estabelecidas neste Edital e Nota de Empenho;

18.1.5. Efetuar o pagamento da fatura nos prazos e condições estabelecidos em contrato e de acordo com a legislação vigente.

19. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

19.1. A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, conforme dispõe o art. 7º da lei nº 10.520/2002;

19.2. Conforme dispõe os incisos I, II, III e IV do art. 87 da lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato o TCM/PA poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

19.3. Facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, as sanções previstas nos



itens 19.1 e 19.2 poderão ser aplicadas cumulativamente.

19.4. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

19.5. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente à Fazenda Estadual, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Tribunal de Contas dos Municípios - TCM/PA, por intermédio de sua presidência, poderá revogar ou anular o certame, a qualquer título, até a adjudicação do mesmo, sem que disso decorra para os licitantes o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização ou poderá, ainda, revogar ou anular o certame, após adjudicação e/ou homologação, em razão de fato superveniente, sem que disso decorra para os licitantes, o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização;

20.2. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o pregoeiro porventura julgar necessários;

20.3. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e Anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem;

20.4. Havendo indício de combinação entre os licitantes, o TCM/PA comunicará os fatos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para as providências devidas.

20.5. O pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seus Anexos, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação;

20.6. Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura dos envelopes, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior, ou a licitação será revogada e realizada novamente em outra oportunidade.

20.7. O TCM/PA não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, a mesma será devidamente considerada por ocasião do pagamento. Em nenhuma hipótese o TCM/PA aceitará arcar com responsabilidade solidária relativa a qualquer despesa não expressamente discriminada na proposta. Deverá ser considerada a quando da formulação da proposta, portanto, a legislação pertinente no Estado do Pará.

20.8. A **CONTRATADA** não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar o objeto desta licitação.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

Belém, 06 de março de 2017.

LEONARDO RAFAEL FERNANDES
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS

1. Os materiais que integram este Termo de Referência estão distribuídos em **04 (quatro)** lotes.
2. Todos os materiais cotados deverão ser de primeira qualidade, 100% novos e de primeiro uso, não sendo aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor, estarem de acordo com as normas do INMETRO, ABNT e possuir licença da ANVISA, se for o caso;
3. As embalagens dos materiais deverão estar lacradas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, nº do lote, prazo de validade;
4. A entrega dos materiais no endereço deste Tribunal, à Tv. Magno de Araújo, 474 – bairro Telégrafo – Belém/PA – CEP 66.113-055, será em até 15 (quinze) dias a contar da emissão da Nota de empenho expedida por este Tribunal a favor da empresa vencedora da licitação, sendo que no ato da entrega, o prazo de validade dos materiais deverá ser igual ou superior a 80% do prazo total constante nas embalagens;
5. O cartucho ribbon constante do **Lote 04** deverá ser original genuíno do fabricante da impressora, novo, de primeiro uso, não sendo aceito cartucho ribbon usado, defeituoso, remanufaturado ou compatível ou ainda outro que não corresponda à especificação deste Edital;
6. O prazo de validade/garantia dos materiais será: no mínimo 11 (onze) meses
7. A empresa vencedora se responsabilizará, às suas expensas, pelas eventuais substituições de materiais, como por exemplo: materiais com especificações incompatíveis com o Edital, que apresentem defeito de fabricação, entregues com a embalagem violada ou com sinais de violação, danificado em função de manuseio inadequado durante o transporte até o TCM/PA mesmo que a embalagem esteja íntegra, materiais com prazo de validade abaixo do estabelecido neste Edital. O prazo máximo para substituição desses materiais, pela empresa, será de 5 dias úteis, a contar do comunicado formal do TCM/PA.
8. A empresa que apresentar o menor preço na fase de lances deverá apresentar amostra dos materiais indicados nos sub itens abaixo, dentro do prazo máximo de três dias úteis a contar da data de encerramento dos lances para o lote.
 - 8.1. **LOTE 1** - Material de Processamento de Dados (cartuchos e toners compatíveis para impressoras HP), amostras de todos os itens.
 - 8.2. **LOTE 2** - Material de Processamento de Dados (toner compatível para impressora Samsung), amostra do item.
 - 8.3. **LOTE 3** - Material de Processamento de Dados (toner compatível para impressora Lexmark), amostra do item.
 - 8.4. **LOTE 4** - Material de Processamento de Dados (cartuchos ribbon **original e genuíno** para impressora Zebra), amostra do item.
9. As amostras fornecidas no processo licitatório permanecerão no TCM/PA até a entrega dos materiais, para testes e compatibilização com o material a ser entregue pela empresa vencedora. Após esse procedimento, deverão ser retiradas pela empresa no prazo máximo de trinta dias. Após esse prazo, serão descartadas.
10. **Para cartuchos e toners compatíveis novos e de primeiro uso, a empresa licitante deverá considerar que:**
 - 10.1. Cartuchos e toners compatíveis são considerados aqueles que utilizam matéria prima nova



desde a carcaça passando pelos circuitos até a tinta, apesar de não ser produzido pelo fabricante da impressora. Na caixa devem trazer o termo compatível, o código do produto dado por seu próprio fabricante e o código do cartucho original para facilitar a conversão por parte do usuário);

10.2. A licitante deve enviar laudo de ensaio de equivalência dos seus produtos. O laudo deve ser expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), ou por entidade de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, acreditada pelo INMETRO. Deve comprovar o bom desempenho dos cartuchos quando utilizados no equipamento, atestando o atendimento às seguintes normas conforme o produto ofertado (se cartucho de tinta ou toner):

a) ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras eletrofotográficas monocromáticas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora;

b) ABNT NBR ISO/IEC 24711:2007 – determinação do rendimento de cartuchos de tinta para impressoras coloridas a jato de tinta e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora;

c) ABNT NBR ISO/IEC 24712:2007 - páginas de teste de cor para a medição do rendimento de equipamento de escritório;

d) ABNT NBR ISO/IEC 19798:2008 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras coloridas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora. O ensaio de equivalência deve conter informações tais como os métodos e equipamentos utilizados para os testes, demonstrativo de resultado, comprovando a equivalência com o cartucho genuíno (da mesma marca do equipamento), para todos os itens arrematados. O laudo deve estar válido, emitido há no máximo 12 meses. Exigências com fulcro nas deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU): Decisão n.º 130/2002 – Plenário; Decisão n.º 516/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.196/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.476/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.622/2002 – Plenário e Acórdão n.º 1.446/2004. Como medida cautelar, apontada no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o qual faculta à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, os laudos apresentados serão diligenciados ao organismo emissor para atestar a veracidade dos documentos, sendo a licitante punida conforme a legislação vigente no caso de apresentar documento fraudado, não reconhecido pelo Laboratório emissor.

11. Lotes de Materiais

LOTE 1 – TONERS E CARTUCHOS COMPATÍVEIS COM SUPRIMENTOS ORIGINAIS GENUÍNOS HP

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Cartucho de tinta para impressora HP cartucho 10, compatível com o original genuíno do fabricante, referência C4844A, cor preto.	Unid.	10		
2	Cartucho de tinta para impressora HP cartucho 11, compatível com o cartucho genuíno HP, colorido, referência C4836A, cor cyan.	Unid.	6		
3	Cartucho de tinta para impressora HP cartucho 11, compatível com o cartucho genuíno HP colorido, referência C4838A, cor yellow.	Unid.	6		
4	Cartucho de tinta para impressora HP, compatível com o cartucho	Unid.	6		



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N ° 2018/02/TCM

TIPO: MENOR PREÇO

	genuíno HP, colorido, referência C4837A, cor magenta.				
5	Toner de impressão para impressora HP laserjet monocromática P2035N, compatível com o cartucho original genuíno HP, preto, referência CE505A.	Unid.	50		
6	Cartucho de tinta para impressora HP 1410, preto, compatível com o cartucho original genuíno HP referência C9351AB.	Unid.	15		
7	Cartucho de tinta para impressora HP, preto, compatível com o cartucho original genuíno HP, referência CB336WB.	Unid.	30		
8	Toner para impressora HP laser jet 1010, compatível com o cartucho original genuíno HP referência Q2612A.	Unid.	30		
9	Toner para impressora HP laser jet P2025, compatível com o cartucho original genuíno HP referência CC530A, preto.	Unid.	10		
10	Toner para impressora HP laser jet P2025, compatível com o cartucho original genuíno HP referência CC531A, ciano.	Unid.	5		
11	Cartucho de tinta para impressora HP, laser jet P2025, compatível com o cartucho original genuíno HP referência CC532A, yellow.	Unid.	5		
12	Cartucho de tinta para impressora HP, laser jet P2025, compatível com o cartucho original genuíno HP referência CC533A, magenta.	Unid.	5		
13	Cartucho de tinta para impressora HP, cartucho 75XL, compatível com o cartucho original genuíno HP referencia CB338WL, colorido.	Unid.	30		
14	Toner para impressora HP, preto, compatível com o toner original genuíno HP(35A), referência CB435AB.	Unid.	10		
15	Toner de impressão para impressora de marca HP - modelo Color Laserjetpro MFP M477FDW, compatível com o toner original genuíno de referência CF410A, cor preto.	Unid.	15		
16	Toner de impressão para impressora de marca HP - modelo Color Laserjetpro MFP M477FDW, compatível com o toner original genuíno de referência CF411A, cor cyan (azul).	Unid.	15		
17	Toner de impressão para impressora de marca HP - modelo Color Laserjetpro MFP M477FDW, compatível com o toner original genuíno de referência CF412A, cor yellow (amarelo).	Unid.	15		
18	Toner de impressão para impressora de marca HP - modelo Color Laserjetpro MFP M477FDW, compatível com o toner original genuíno de referência CF413A, cor magenta (vermelha) .	Unid.	15		
19	Cartucho de para impressora de marca HP – modelo 8710, compatível com o cartucho original genuíno, cor preta, referência 954XL, cor preta.	Unid.	30		
20	Cartucho de para impressora de marca HP – modelo 8710, compatível com o cartucho original genuíno, cor preta, referência 954XL, cor cyan (azul).	Unid.	30		
21	Cartucho de para impressora de marca HP – modelo 8710, compatível com o cartucho original genuíno, cor preta, referência 954XL cor yellow (amarelo).	Unid.	30		
22	Cartucho de para impressora de marca HP – modelo 8710, compatível com o cartucho original genuíno, cor preta, referência 954XL, cor magenta (vermelha)	Unid.	30		
23	Toner para impressora HP Laser Jet M402n, compatível com o toner original genuíno, referência CF226A, 26A, preto.	Unid.	30		
TOTAL GERAL R\$					



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N ° 2018/02/TCM

TIPO: MENOR PREÇO

**LOTE 2 – TONERS E CARTUCHOS COMPATÍVEIS COM SUPRIMENTOS
ORIGINAIS GENUÍNS SAMSUNG**

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESEN TAÇÃO	QUANTID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Toner de impressão para impressora de marca Samsung, modelo 111S, compatível com o toner original genuíno Samsung referência Samsung MLT-D111S, cor preto.	Unid.	20		
TOTAL GERAL R\$					

**LOTE 3 – TONERS E CARTUCHOS COMPATÍVEIS COM SUPRIMENTOS
ORIGINAIS GENUÍNS LEXMARK**

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESEN TAÇÃO	QUANTID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Toner return program cartridge para impressora monocromática LEXMARK modelo E250, compatível com o toner original genuíno de referência E250A11L.	Unid.	10		
TOTAL GERAL R\$					

LOTE 4 – FILME RIBBON PARA IMPRESSORA DE CARTÕES MARCA ZEBRA

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESEN TAÇÃO	QUANTID	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Cartucho RIBBON original, colorido YMCKO, referencia 800017240BR impressora Zebra P110i impressão para 200 cartões.	Unid.	03		
TOTAL GERAL R\$					

Belém, 06 de março de 2018.

LEONARDO RAFAEL FERNANDES
Pregoeiro



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI N 9.854

Ref.(identificação da licitação)

.....(nome do licitante), inscrito no CNPJ n°, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a).....portador(a) da carteira de Identidade n°..... e do CPF n°....., declara, para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(local e data)

.....
carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal e número da Cart. de Identidade ou documento legalmente aceito



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

....., com sede na, inscrita no (razão social da empresa) (endereço) CNPJ nº, vem, por intermédio de seu representante legal (a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº....., em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Eletrônico nº/..... do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, assim como aceitamos todas as condições estabelecidas no Edital do certame.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, ciente de obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
(local e data)

.....
carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal e número da Cart. de Identidade ou documento legalmente aceito